

Assentamentos em pólos agroflorestais: relato da experiência no Estado do Acre

Edson Alves de ARAÚJO¹; Carmina Luzia Silva PINHEIRO¹; Edivaldo Pinheiro de ANDRADE¹; Eufraim Ferreira do AMARAL²; Maria Dalzenira S. FRANÇA¹; Mariete Peres da SILVA¹; Maria das Dores N. JARUDE¹; Aroldo de SOUZA¹; Genilson Rodrigues MAIA³; Bob Dylan Rocha da SILVA³; Emanuel Ferreira do AMARAL¹; Dean Christem Freire BEZERRA⁴; Paulo G. S. WADT²

(1) Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária (SEAP). Rua do Aviário 315, 69909-170 – Rio Branco – Acre. e-mail: cprioritaria.seap@ac.gov.br; (2) EMBRAPA -ACRE. (3) Universidade Federal do Acre (UFAC); (4) Ministério da Agricultura.

O desenvolvimento do sudoeste da amazônia brasileira, e, mais especificamente do Estado do Acre foi construído a partir de dois modelos distintos. O primeiro esteve baseado no extrativismo vegetal de produtos florestais (borracha e a castanha), foi o responsável pelas primeiras imigrações no Estado e foi a base da economia local por muitas décadas, principalmente quanto ao extrativismo da borracha. Porém, embora ambientalmente sustentável, este modelo apresenta sérios problemas de limitações quanto aos baixos preços dos produtos do extrativismo e às dificuldades de um manejo competitivo, impedindo que o sistema seja economicamente e socialmente sustentável. Recentemente, diversas ações tem sido tomadas com o intuito de reverter a situação de franco declínio que esta atividade se encontrava.

O outro modelo implantado na região teve seu ápice a partir do início da década de 1970, tendo como principal âncora incentivos federais direcionados ao setor agropecuário e foi acompanhado da construção de malhas rodoviárias ligando os centros econômicos da região, como a BR-364. Este processo de desenvolvimento foi orientado para a formação de grandes fazendas destinadas à pecuária extensiva e áreas de pequenos produtores, oriundas da colonização oficial do INCRA.

Este segundo modelo de ocupação da terra no Estado é conflitante com o modelo anterior, pois, enquanto o primeiro proporciona a proteção da floresta, o segundo fundamenta-se na substituição da floresta primária por áreas de pastagem e agrícola. Além disto, as explorações se sucedem a floresta primária nas áreas desmatadas apoiam-se integralmente na fertilidade natural do solo, não sendo realizada nenhuma reposição de nutrientes, o que conduz ao modelo de agricultura migratória, onde as pastagens e a agricultura é sustentada nos primeiros anos pelos nutrientes liberados pela queima da floresta e a seguir, a área é abandonada para pousio, para que a regeneração natural recupere parte da fertilidade do solo perdida e a área possa novamente ser aproveitada. Atualmente, aproximadamente 10% (1,5 milhões de hectares) da área desmatada no estado está ocupado por pastagens ou agricultura migratória, a maioria desta área sendo proveniente dos Projetos de Colonização (PC), Projetos de Assentamento (PA), Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEX), Pólos Agroflorestais (PAFs) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (Acre, 2000).

Para se contrapor a estes dois modelos, tem sido experimentado no Estado do Acre a implantação de projetos de assentamento em pequenas áreas, denominadas Pólos Agroflorestais. Estes pólos diferenciam-se das demais formas de assentamento pelo tamanho do módulo rural familiar, que varia de 4 a 7 ha, pela proximidade dos núcleos urbanos e pela filosofia de uso da terra difundida durante sua implantação, que deve ser baseada em sistemas agroflorestais (SAFs). Atualmente, existem treze pólos agroflorestais já implantados, ocupando uma área total de 3.486 ha e atendendo a 339 famílias assentadas (Tabela 1).

Estes pólos agroflorestais pretendem oferecer uma alternativa de acesso a terra a famílias de trabalhadores desempregados, principalmente aqueles que vivem na periferia das cidades, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida e aumentando as possibilidades de ascensão social de suas gerações futuras, já que estes pólos contam com escolas e infra-estrutura elétrica.

O uso da terra nos pólos é baseado na diversificação e integração espacial e temporal de culturas como: frutíferas, hortaliças, leguminosas (adubação verde), essências florestais, culturas temporárias e criação de pequenos animais. Com esta diversificação procura-se proporcionar a este tipo de uso da terra maior sustentabilidade ambiental, com a diminuição do uso de produtos químicos, da poluição do solo e produção de alimentos saudáveis. Adicionalmente, a diversificação de culturas proporciona a produção de alimentos por maior período de tempo durante o ano, possibilitando a utilização da mão-de-obra familiar de forma melhor distribuída durante o ano.

No Estado do Acre estes pólos foram distribuídos nos municípios do Vale do Rio Acre e ao longo da BR 364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul (Figura 1). O processo de planejamento de uso e ocupação da área dos pólos agroflorestais foi feita por meio do Zoneamento Agroflorestal (Amaral et al., 2000), tendo como variáveis o potencial de uso do solo e as práticas agroflorestais disponíveis em termos tecnológicos. A definição da aptidão para a adoção de práticas agroflorestais foram realizadas a partir de cruzamentos temáticos (solos, fisiografia, hidrografia, infra-estrutura e uso atual), e deram origem a mapa de síntese de potencial (mapa de classificação cruzada).

Tabela 1- Localização e suporte de assentamento dos Pólos Agroflorestais no Acre
(Fonte: Acre, 2001)

Pólo Agroflorestal	Capacidade de Assentamento	Nº de famílias assentadas	Área total do Pólo (ha)	Tamanho dos módulos (ha)
Wilson Pinheiro	57	57	382,96	5,1-7,9
Capixaba	26	23	254,60	4,6-9,4
Epitaciolândia	16	09	129,95	3,0-7,1
Xapuri	28	23	342,49	7,0-9,2
Feijó	25	23	124,13	4,5-9,8
Dom Moacir	52	52	329,73	2,9-8,0
Sena Madureira	42	40	330,79	4,6-9,6
Brasiléia	74	29	520,65	4,1-6,2
Mâncio Lima	36	17	331,40	6,8-14,0
Xapuri II	36	21	215,03	3,0-8,0
Porto Acre	20	19	207,54	6,0-7,0
Rodrigues Alves	45	17	310,44	2,8-6,0
Cruzeiro do Sul	36	09	261,41	2,8-7,9
Total geral	484	339	3.486,52	-



Figura 1- Mapa do Acre com espacialização dos Pólos no Estado do Acre (Acre, 2001).

Numa segunda etapa, o mapa de classificação cruzada foi reclassificado, definindo-se 3 classes de aptidão agroflorestal:

1 – Preferencial: áreas que apresentam todas as condições favoráveis para a implantação de práticas agroflorestais (áreas antropizadas, com solos de boa profundidade efetiva, com boa disponibilidade de água, relevo suave ondulado ou menos movimentado, com pouca ou nenhuma presença de pedras).

2 – Restrita: áreas que apresentam um ou mais fator de limitação que pode restringir o uso agroflorestal, como excesso de água, relevo ondulado, pedras em excesso, pouca profundidade excessiva.

3 – Não indicada: áreas restritas seja por limitação jurídica (áreas de preservação permanente, reserva legal) ou seja por limitações físicas ou químicas irreversíveis.

Este mapa reclassificado foi então utilizado para definir o parcelamento da área, segundo módulo definido em função do município de sua localização e cujo tamanho viabilize o acesso de todas as famílias à uma área suficiente para a implantação de práticas agroflorestais.

Após dois anos da implantação, observa-se que nestes pólos predomina a exploração de espécies anuais e bianuais consorciadas entre si (milho, mandioca), algumas vezes mesclados estes cultivos com espécies arbustivas (como por exemplo, café, cupuaçu) e palmáceas (açai, pupunha).

A experiência com a implantação destes pólos tem mostrado poderem se constituir de uma alternativa de rápida implantação e viabilização, proporcionando trabalho, renda e desenvolvimento humano para centenas de famílias. As famílias assentadas também tem se mostrados receptivas do ponto de vista da educação ambiental, mostrando-se conscientes quanto a necessidade de otimizar os recursos naturais, evitando-se desmatamento desnecessários e cuidando para a conservação de mananciais. O hábito da agricultura migratória, contudo, não pode ser abandonado, notando-se com pouco tempo a existência de áreas deixadas em pousio, o que é atribuído principalmente à falta de capital para a reposição da fertilidade do solo.

Como um dos principais problemas a serem resolvidos destaca-se a necessidade de implantação de técnicas de conservação do solo, cujo uso ainda é ínfimo. Espera-se que se houver a adoção de técnicas conservacionistas, haverá menor pressão para desmatamento de novas áreas e menor quantidade de áreas em pousio por manutenção da fertilidade natural do solo por períodos maiores, o que se refletirá, diretamente, na maior capacidade produtiva dos pólos agroflorestais.

Referências Bibliográficas

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre (ZEE/AC). Estrutura Fundiária**. Rio Branco: SEPLAN/SECTMA, 2000. V.2. p.31-56.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Pólo Agroflorestal: Nossa proposta de reforma agrária**. Rio Branco:SEAP, 2001. 12p.

AMARAL, E.F. do et. al. **Metodologia simplificada de zoneamento agroflorestal**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2.000. 19 p. (Embrapa Acre. Circular Técnica, 35).